

Revista Brasileira de Ciências Humanas

Data de aceite: 01/09/2025

DISCURSO E RELAÇÃO DE PODER: A SIMBOLOGIA DA VIOLÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS DE ENSINO DO SÉCULO XXI

Jéssica Raphaela Nogueira dos Santos

Universidade Federal de Alagoas –
UFAL – Cidade de Maceió/Alagoas
Faculdade de Serviço Social – FSSO
<http://lattes.cnpq.br/3325643926017027>

Rafael Vieira de Britto Paulino

Universidade Federal de Alagoas –
UFAL – Cidade de Maceió/Alagoas
Instituto de Ciências humanas,
Comunicação e Artes – ICHCA
<http://lattes.cnpq.br/5664867368757451>



Todo o conteúdo desta revista está
licenciado sob a Licença Creative
Commons Atribuição 4.0 Interna-
cional (CC BY 4.0).

Resumo: O presente artigo “Discurso e Relação de Poder: A Simbologia da Violência nas Instituições Sociais de Ensino do Século XXI” analisa as inter-relações entre discurso, poder e violência simbólica nas instituições sociais de ensino do século XXI, com foco nas universidades públicas. A partir das teorias de Foucault, Bourdieu e Dijk, investiga-se como as práticas discursivas institucionais estabelecem mecanismos de dominação, controle e manipulação do conhecimento a partir dos interesses particulares, afetando a autonomia dos discentes. Discute-se a imposição velada de normas e interesses acadêmicos que cercam a produção científica, restringindo a pluralidade crítica e gerando vulnerabilidades nos estudantes relegando-os a experienciar um suplício. Destaca-se que estas dinâmicas reproduzem relações assimétricas de poder quando percebida dos atores, na qual a figura do docente assume o papel de agente dominante e o discente, dominado, submetido a uma “simbologia da violência” ou “violência simbólica” que controla e limita suas ações e crenças. O artigo demonstra como essas estruturas simbólicas impactam diretamente a formação e o desenvolvimento acadêmico e criam os novos inimigos à vista dos interesses de grupos, evidenciando a necessidade de compreender essas práticas para promover maior equidade e liberdade no ambiente universitário.

Palavras Chaves: Violência Simbólica. Análise do Discurso. Relação de Poder. Panóptico.

DISCURSOS¹ E RELAÇÃO DE PODER² – DESCORTINANDO OS INTERESSES

A sociedade contemporânea é, sobretudo, uma sociedade institucionalizada em sua organização funcional e estrutural. O autor Michel Foucault (2013b; 2014a; 2014b), apresenta, no aze da interpretação das relações discursivas com o exercício de dominação e resistência, uma percepção de organização social alicerçada nas instituições³ que a compõe. Por consequência, cada discurso produzido por essas instituições produzem ‘vontades de verdade’ (Chartier, 2022, p.10), que quando postas na vida experienciada versam às relações de poder e, conseqüentemente, apontam aos interesses em exercê-lo.

Vivemos em uma sociedade que em grande parte marcha “ao compasso da verdade” – ou seja, que produz e faz circular discursos que funcionam como verdade, que passam por tal e que detêm por esse motivo poderes específicos. A produção de discursos “verdadeiros” (e que, além disso, mudam incessantemente), é um dos problemas fundamentais o Ocidente. A história da “verdade” – do poder próprio aos discursos aceitos como verdadeiros – está totalmente por ser feita. Quais são os mecanismos positivos que, produzindo a sexualidade desta ou daquela forma, ocasionam efeitos de miséria?

1 Refere-se ao conceito trabalho por Foucault (2013; 2014) e Dijk (2018; 2020), perpassando a dimensão do que se refere às narrativas e, compreendendo-se enquanto estrutura que (re)produz poder e dominação. FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France. 24ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014., FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2013.; DIJK, Teun A. van. **Discurso e Poder**. 2ª. ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018., DIJK, Teun A. van. **Discurso e Contexto**: Uma abordagem sociocognitiva. 1ª. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.

2 Compete, sobre o conceito, o entendimento das relações diretas entre dois corpos/grupos distintos que se relacionem em seu próprio meio e, nesse ínterim, exerçam vontades e resistências entre si. À vista disso, portanto, ‘relação de poder’ compreende-se como a atividade de disputa, no mesmo contexto, entre dois polos que desempenham dominância e resistência mutuamente; FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2013.

3 Compreendem-se como instituições basilares a igreja, o hospital, a família, a prisão, a delegacia, a escola, a universidade, o jornal, a prisão, etc. Isso significa dizer que há relação direta entre as mesmas e, sobretudo, a conjectura sobre qual delas pode exercer a ‘posse de uma verdade’ em detrimento à outra. Noutros termos, cada instituição detém um veredicto acerca de uma ‘verdade’ particular e, portanto, em um tema ou temática específica, possui maior potência no exercício do poder que outra instituição, exemplo, a busca da espiritualidade e transcendência da alma – a igreja dispõe de maior credibilidade que as demais instituições para com essa temática, por conseguinte, detém seu veredicto.

Em todo caso, no que me diz respeito, gostaria de estudar todos os mecanismos que, em nossa sociedade, convidam, incitam, coagem a falar de sexo (Foucault, 2013b, p. 346).

No que diz respeito ao que traz o autor na citação supracitada, corrobora-se a importância que os discursos e, principalmente, a insinuação da ‘verdade’ como determinante para o exercício do poder sobre outrem. Foucault (2013b) expressa de uma forma contumaz como o discurso e as relações de poder encontram-se emaranhadas e, no contexto das instituições produtoras desses discursos, tomam para si determinados poderes específicos. Contudo, ainda sobre a citação que autor, Foucault (2013b), apresenta uma concepção que esteve presente por toda sua obra ao ponderar análises sobre os discursos, – os ‘efeitos de miséria’.⁴

Para Dijk (2018; 2020), discurso e poder são concomitantes em seus efeitos e refletem contextos específicos a partir de interesses particulares das instituições das quais foram produzidos. Noutros termos, os discursos e as relações de poder que os mesmos expressam referem-se, diretamente, ao contexto no qual uma determinada instituição tenha interesse em perpassar essa ou aquela informação. À exemplo do que fora exposto, há os vários casos do reposicionamento de marcas que, ao mudarem seus interesses e, portanto, seus discursos à ‘cultura *woke*’⁵, tiveram prejuízos significativos em suas vendas e, por consequência, realocaram os interesses outra vez, afastando-se do alinhamento de discurso com a ‘cultura *woke*’ em detrimento da diminuição de receita.⁶

4 Refere-se à percepção de que dois ou mais discursos interpostos ou sobrepostos criam uma impossibilidade de que as demais ideias possíveis sobre as temáticas consigam emergir para que sejam fomentadas nos debates de qualquer natureza. Isso significa dizer que, um estratagema possível para disseminação uníssona de um determinado discurso é, portanto, repeti-lo e desgastá-lo com várias análises de mesmo teor, cansando o interesse dos demais públicos e impedindo que existam outras perspectivas para o assunto versado em temática. Nesse ínterim, o ‘efeito de miséria’ de algo se encontra na impossibilidade de tratá-lo de forma diferente por qualquer que seja a justificativa e, consequentemente, o poder específico continua sendo exercido pela mesma instituição que produziu o discurso primariamente.

5 Termo cunhado para descrever um conjunto de perspectivas e práticas associadas à conscientização sobre questões de discriminação e preconceitos. Tem por característica a repetição exacerbada de discursos no qual os seus adeptos denunciem e julguem como ofensivo – geralmente são pessoas mais jovens no primeiro momento da fase adulta.

6 Como referência ao exemplo, o caso da marca de carros Jaguar que ao propor um reposicionamento da empresa no mercado experienciou uma derrocada em suas receitas – acontecido entre 2024 – 2025.

À vista disso, uma empresa – uma instituição – privada, rapidamente, ao perceber que os rendimentos foram prejudicados, realinhou os discursos e protegeu o próprio alcance de mercado – o poder de venda. Contudo, quando a instituição não é privada e, nesses termos, o interesse não é comercial direto – venda e lucro –, quais são os ‘interesses’/‘vontades de verdades’ (Chartier, 2022) em suscitar determinados discursos e expor determinadas relações de poder?; - o poder pelo discurso, o exercício do poder. Sobre como os discursos e as práticas discursivas suscitam construções de ‘verdades’ (Chartier, 2022, p. 10), e, portanto, realoca/desloca quem ou qual grupo exerce a dominância, Dijk (2018), traz:

O poder é uma forma de controle social se sua base for construída de recursos socialmente relevantes. Em geral, o poder é intencional ou involuntariamente exercido por A a fim de manter ou ampliar a base de poder de A ou evitar que B a tome. Em outras palavras, o exercício de poder por A atende geralmente aos interesses de A. Um fato crucial no exercício ou na preservação do poder é que, para A exercer controle mental sobre B, B precisa conhecer o desejos, as vontades, as preferências ou as intenções de A. Além da comunicação direta – por exemplo, em atos de fala, tais como comandos, pedidos ou ameaças –, esse conhecimento poder ser inferido das crenças, das normas ou dos valores culturais, de um compartilhado (ou contestado) consenso dentro de uma estrutura ideológica ou da observação e interpretação das ações de A. [...] O exercício e a manutenção do poder social pressupõem uma estrutura ideológica (Dijk, 2018, p. 42).

Ao partir dos entendimentos expressos pelo autor – no que tange a relação entre, ao menos, dois indivíduos ou dois grupos; dominante e dominado – o poder social, outrora explicitado anteriormente ao tratar da ‘cultura *woke*’ entende que o ‘exercício de poder’ enquanto uma resultante de operações de mercado – venda e lucro. Por conseguinte, como ressalta Foucault (2013b, p. 346) ao apontar sobre a “marcha no compasso da verdade”, significa que ‘verdade’ e ‘relações de mercado’ são consonantes e se entrelaçam veementemente nas instituições privadas.

Nesse contexto, todavia, o silogismo lógico-estrutural para as instituições privadas é remodelado para as instituições públicas – sobretudo, e para o foco do presente texto, as universidades federais –, no qual se compreende sobre ‘controle das práticas discursivas’, formação dos próximos que irão preservar o panorama determinado e, por fim, o poder dominante expressado de maneira contundente sob a justificativa que na verdade é ‘contra-poder’. Acerca disso, os discursos produzidos nas universidades – principalmente nas ciências humanas –, adotam uma semântica de tratar da análise da sociedade enquanto sendo polo de resistência, libertário e acolhedor; porém, as práticas adotadas como estratégia para esse escopo citado anteriormente produz efeitos muitos distantes dos que foram planejados – no basilar da teoria.

Destarte, ‘descortinar os interesses’ se coloca como esforço de entender como os discursos encontram um público suscetível, reconhece necessidades – que não são as dos indivíduos que os ouvem – e ressoa os efeitos

de maneira contundente com os benefícios voltados a grupos específicos. Isto posto, a ‘simbologia da violência’ encontrou os mecanismos para expressar sua dominação e, consequentemente, proteger-se da resistência de outrem.

UNIVERSIDADES E OS COSTUMES – A SEMÂNTICA DA VIOLÊNCIA⁷ VELADA

No tratar das universidades federais no sistema de educação brasileiro, preponderam-se algumas valências e, nesse sentido, algumas justificativas para o recorte proposto. Primeiramente, o número de produções acadêmicas – entendendo-se que são construções de conhecimento e, portanto, produções de verdade (Foucault, 2013b) –, nas instituições públicas de ensino superior tem fluxo contínuo de produção. Em segundo lugar, é o espaço no qual as relações de mercado são menores e, para tanto, se sobrepõem os múltiplos discursos e seus interesses particulares. E em terceiro, é a instituição que contempla estrutura simbólica (Bourdieu, 2020, p. 158) de produção de conhecimento, noutros termos, é na universidade que, para o imaginário das massas, foram/é/serão produzidos os saberes.

Ressalta-se, em consonância com os aspectos supracitados no parágrafo anterior, que a universidade da qual se teceram as reflexões e as análises, estão localizadas no tempo – na história (Certeau, 2011) – e em um espaço – costumes (Thompson, 1998, p. 86). A relação da qual se propõe pressupor acerca das instituições públicas de ensino superior é que estas estão inseridas no ‘seio social’⁸ e produz uma imagem que detém de credibilidade no azo e limites da produção do saber.

7 CHAUÍ, Marilena. **Sobre a Violência**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. 317 p. v. 5.

8 Para os limites do presente texto, tratar do ‘seio social’ compreende-se enquanto a relação que a sociedade possui com a imagem que a mesma percebe da universidade – quer seja enquanto instituição de ensino, pesquisa ou extensão. Para tanto, a conceituação mais próxima de ‘seio social’ infere-se diretamente na obra de Bauman que, não apenas observou as relações da sociedade, mas percebeu seus mecanismos de evolução, manutenção e repetição. BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Zygmunt Bauman; tradução Marcus Pechel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999., BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Zygmunt Bauman; tradução Marcus Pechel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999., BAUMAN, Zygmunt. **Em Busca da Política**. Zygmunt Bauman; tradução Marcus Pechel. Rio de Janeiro: Zahar, 2000., BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Zygmunt Bauman; tradução Plínio Dentzien Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001., BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada: Vidas contadas e histórias vividas**. Zygmunt Bauman; tradução José Gabriel. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar

Aos limites físicos da universidade, as relações estabelecidas são diretas e com objetivos claros entre si. Os estudantes/discentes têm seus pré-requisitos às disciplinas de formação e à iniciação científica – aprender a fazer pesquisa e produzir conhecimento. Os professores/docentes estão encarregados, dentre outras funções tangentes à docência, ministrar as disciplinas, coordenar pesquisas e grupos de estudos e orientar os alunos em todo o processo de formação e pós-graduação.

Nesse contexto, a violência simbólica⁹ (Bourdieu, 2020, p. 61) se emerge a partir do entendimento das partes sobre suas funções, e também, como foi falado acerca dos ‘interesses’ e da ‘vontade de verdade’ (Chartier, 2022) entre os discentes e os docentes. À vista disso, os vetores de interesses são realocados para que as narrativas ressaltem as valências que a outra parte considera aceitável ou proba – positiva de alguma forma para benefícios mútuos. Noutros termos, as necessidades dos professores contemplam as carreiras acadêmicas, espaço de fala no colegiado de docentes, reconhecimento das pesquisas e o crescimento profissional da instituição da qual atua. Aos alunos/discentes, avançar com bom coeficiente de rendimento, conseguir bolsas de estudos para desempenhar algum trabalho acadêmico e ter ajuda de custo, e preparar-se adequadamente para as pós-graduações ou especializações.

A relação supracita – reconhecendo os vetores das necessidades entre as partes – sus-

tenta-se, justamente, no reconhecimento destas necessidades, mas se torna substancial no momento preciso que a necessidade de ‘A’ se sobreponha à de ‘B’ – eis que o ‘tempo’ (Certeau, 2011) e o ‘espaço’ (Thompson, 1998) apresentam as condições favoráveis ao surgimento de lugares vulneráveis à parte que tem menor possibilidade de exercer poder. Nesse aspecto, a relação experienciada é velada por discursos impositivos, suscitando parâmetros distantes do contexto de ‘sala de aula’ para impelir a vontade e reconhecer a necessidade. Um exemplo simples, mas que é demasiadamente comum são as falas: ‘a bolsa será ofertada para escolha do professor x’, ou ‘a banca de seleção não detecta problema em um professor avaliar a pertinência de um projeto que ele mesmo orientou’, ou ‘nesse grupo de pesquisa será lido apenas as obras que apresentem essas características’ ou ‘coloque essa informação no seu texto, não importa o que diz a documentação’.

Das frases apresentadas no parágrafo anterior, faz-se necessário que o contexto seja explicado e, tal como há nos manuais legais sobre violência psicologia e abuso de autoridade enquanto violência moral¹⁰, a conjectura é semelhante. Para exemplificar: ‘coloque essa informação no seu texto, não importa o que diz a documentação’; quando pensada que foi dita por um docente no contexto de uma orientação de mestrado sobre violência e, na fonte falava sobre a forma volátil com a qual o

Ed.,2001., BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: Sobre a fragilidade dos laços humanos**. Zygmunt Bauman; tradução Plínio Dentzien Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004., BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Zygmunt Bauman; tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.,BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido**. Zygmunt Bauman; tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2006., BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Zygmunt Bauman; tradução Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,2007., BAUMAN, Zygmunt. **Vida para Consumo**: A transformação das pessoas em mercadorias. Zygmunt Bauman; tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

9 Bourdieu (2020) trabalha a ideia de que a violência simbólica é o exercício de poder e dominação considerando estruturas/símbolos nos quais se justifiquem a imposição da vontade. No certame trabalhado no presente texto, a violência simbólica e prevista como possibilidade de existir no azo das necessidades particulares e, conseqüentemente, da relação simbiótica entre as partes.

10 Refere-se, portanto, as disposições legais contidas na Lei 11.340/06, na qual configura quais os tipos de violência exercida contra as mulheres, contudo, para os limites do texto, fez-se um paralelo no qual a parte que não tem como exercer a dominação e, portanto, é sempre a vítima das ações – a mulher –, se configura como o discente, pois este não tem como dominar ou ter mais capacidade de exercer dominância sobre a outra parte – os docentes –, que no paralelo com a lei, seriam os agressores. DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça**. 7ª. ed. rev. e atual. Salvador: Editora JusPodivm, 2021. 384p.

grupo oprimido reagia e, também, cometia crimes; essa ‘fala’ teve como objetivo retirar uma informação importante de uma pesquisa, manipular o discurso e compelir o discente a fazer o que o orientador mandava, já que ao negar-se a comprometer a pesquisa, o mesmo aluno foi prejudicado de forma velada pelo docente que o fez quase perder a pós-graduação.

Ainda sobre os exemplos a partir das frases comumente faladas nos ambientes das universidades, *‘nesse grupo de pesquisa será lido apenas as obras que apresentem essas características’*¹¹, é, no que tratar ao discurso enquanto uma manipulação velada e, consequentemente, coercitiva. A explicação breve, porém assertiva concentra-se nas necessidades do discente de aprender a fazer pesquisa, construir currículo e participar de debates, contudo, ao expressar que obras não podem ser lidas em um grupo de estudos, sujeita o discente em escolher ficar e fazer apenas os debates de forma consonante – sem a possibilidade do contraditório –, e responsabiliza o mesmo discente por não conseguir da robustez ao próprio currículo.

Destarte, esse tipo de movimento esgota (Han, 2017; 2019) o psicológico dos estudantes e os colocam em constante vigilância sobre quais seriam as próximas impossibilidades que teriam que lidar – um paradoxo. Para além das imposições veladas e a manipulação da produção, é facultado de forma indireta nas universidades que apenas determinadas revistas e editoras são minimamente razoáveis para que se pense em publicar, contudo, essas mesmas instituições exigem a assinatura de um docente/doutor para que seja aceita, nesse ínterim, cria-se a necessidade do docente para toda e qualquer ação do discente e, nesse escopo, há sempre a possibilidade de um panorama de violência velada, pois todas as características favorecem o surgimento de um

lugar de vulnerabilidade do estudante – inclusive lhe impossibilitando à liberdade (Arendt, 2014, p. 188).

O PANÓPTICO¹² SOCIAL COMO RESULTADO DA SIMBOLOGIA DA OPRESSÃO

No liame entre a universidade e a sociedade em detrimento dos costumes (Thompson, 1998, p. 86), produziu efeitos continuados – quer seja pelo que foi estudado, quer seja pelo que foi experienciado – para além da academia. Esses efeitos perpassam, principalmente, o endurecimento dos julgamentos acerca dos semelhantes e, consequentemente, uma agressividade contumaz na relação entre grupos específicos. Noutros termos, quando um grupo de pesquisa qualquer – tratando-se do que foi explanado nas seções anteriores do presente texto – enrijece o diálogo com os demais, nega-se a compartilhar/produzir junto a outro grupo, é construído um panorama de animosidade entre os participantes do primeiro grupo que, invariavelmente, só permitiria o diálogo com outros que estejam fielmente alinhados aos interesses e ideologias basilares.

Nós defendemos que os modelos mentais, por um lado, corporificam a história pessoal, as experiências e as opiniões dos indivíduos, mas, por outro lado, também constituem uma instanciamento específica de crenças socialmente compartilhadas. A maior parte da interação e do discurso é assim produzida e compreendida em termos de modelos mentais que combinam crenças pessoais e sociais – de forma que explicam tanto a singularidade de toda produção discursiva e compreensão como a similaridade da nossa compreensão sobre um mesmo texto. Apesar das coações gerais das representações sociais na formação dos modelos mentais e, por extensão, na produção e compreensão do discurso, dois membros de um mesmo grupo

11 Refere-se aqui sobre as obras que falam do mesmo objeto de estudo que o professor ou mesmo a linha de pesquisa pretende estudar, contudo, e para o exemplo suscitado, por exemplo, ao tratar de feminismo, gênero e patriarcado, literaturas como a da autora Camille Paglia são esquecidas completamente por entender que há críticas pertinentes aos temas. Ao restringir informações que seriam/são importantes no desenvolvimento da perspectiva de um objeto à luz da metodologia acadêmica de pesquisa, o objetivo é fazer a manutenção de discursos e impossibilitar outros olhares sobre as temáticas.

12 FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: Nascimento da Prisão. 42ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014b, p. 190.

social, de uma mesma classe ou instituição, ou ainda de um mesmo evento comunicativo, não produzirão o mesmo discurso nem interpretarão um dado discurso da mesma forma. Em outras palavras, os modelos mentais de eventos ou situações comunicativas (modelos de contexto) são a interface necessária entre o social, o compartilhado e o geral, bem como o pessoal, o singular e o específico no discurso e na comunicação (Dijk, 2018, p. 247).

Para Dijk (2018), ao tratar das manipulações à vista dos discursos e produções discursivas compreendem-se não pela igualdade uníssona do que é dito ou reproduzido, mas na intenção de se validar uma ‘vontade de verdade’ (Chartier, 2022, p. 10), no que tange os grupos ou subgrupos específicos e seus membros. Isto posto, nota-se que a relação de poder entre os atores – docentes e discentes – na instituição de ensino versou-se em grupos de pesquisas/estudos que perseguem determinados objetos e fomentam a produção de uma literatura que validem, de forma unilateral, as produções de verdades (Foucault, 2013b, p. 346) nas quais se ocupam os esforços deste mesmo grupo.

Nesse sentido, o panóptico (Foucault, 2014b, p. 190) – compreendido como a situação de uma vigilância constante na qual seja alicerçada sobre o medo e a desconfiança entre os pares, nesse caso os próprios discentes entre si, caracterizando as ações de aceitação ou retaliação de acordo com o interesse particular do próprio grupo –, se instaura na interseção da relação discentes/docentes, nas necessidades particulares à vista das necessidades coletivas e na possibilidade de existência enquanto lugar de vulnerabilidade. Propor que alguns alunos esgotam-se no panorama ao lidar com o exercício de poder dos docentes – quando acontecem da forma que foi supracitado durante todo o presente texto –, e em consonância conviver com o suplício (Foucault, 2014b, p. 35), da taxação simbólica

acerca da inversão da percepção de oprimido e opressor.

Ainda sobre o suplício enquanto mecanismo de dominação a partir do discurso e das práticas discursivas têm-se a vigilância e o silêncio como regra para permanecer na academia. Isso significa dizer, que os oprimidos – que se enquadra em qualquer noção de minoria no escopo sociocultural –, detém do ‘poder’ de incutir sobre outros a figura simbólica do que enxergam enquanto opressor e, a partir disso, torná-lo inimigo a ser combatido ou limitado a apenas existir no contexto acadêmico.

Crucial no exercício do poder, então, é o controle da formação das cognições sociais por meio da manipulação sutil do conhecimento e das crenças, a pré-reformulação das crenças ou a censura das contraideologias. Essas representações formam a ligação essencial entre o poder social em si e a produção e a compreensão do discurso e de suas funções sociais no exercício do poder (Dijk, 2018, p. 84).

Por fim, essa estrutura que se retroalimenta pelo escopo que foi apresentado dentro dos limites nas universidades, encontra, nas necessidades dos mais vulneráveis a oportunidade de dobrá-lo e, portanto, subjugar-lo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No perpassar do presente artigo “Discurso e Relação de Poder: A Simbologia da Violência nas Instituições Sociais de Ensino do Século XXI”, evidenciou-se que as práticas institucionais em ambientes acadêmicos, sobretudo no âmbito das pós-graduações, desdobram-se em mecanismos velados de controle que afetam diretamente a autonomia e a formação dos discentes. A imposição discursiva de leituras seletivas e a dependência da assinatura/aval docente configuram estratégias sutis de poder que, ao invés de potencializar o desenvolvimento crítico, acabam por reproduzir estruturas de vulnerabilidade e dominação no âmbito universitário. Tal configuração não

só limita o pluralismo epistemológico, mas reforça a assimetria na relação orientador-orientando, tornando o estudante um agente subjugado que pouco pode exercer sua liberdade intelectual.

O desdobramento dessa dinâmica revela o esgotamento psicológico dos estudantes, refletindo um paradoxo profundo no qual aqueles que deveriam ser incentivados à produção de conhecimento acabam submetidos a vigilância constante sobre suas escolhas acadêmicas. Essa vigilância velada gera um ambiente de insegurança e medo, incompatível com os ideais de liberdade e emancipação que a universidade historicamente deveria cultivar. A manipulação da produção científica, aliada ao controle da interlocução legítima nas pesquisas, evidencia a centralidade da questão da violência simbólica e moral na formação acadêmica.

No contexto das relações de poder observadas, cabe destacar que as práticas impositivas não apenas impedem a emergência de perspectivas dissidentes, mas também submetem o pesquisador iniciante a um processo coercitivo que compromete sua capacidade crítica e reflexiva. A repetição frenética de discursos hegemônicos funciona como dispositivo de silenciamento, condenando os discentes à escassez epistemológica e à perpetuação de uma visão única e reducionista dos objetos de estudo. Tal cenário demanda uma análise crítica sobre os mecanismos institucionais que reproduzem desigualdades e exclusões no espaço acadêmico.

Ademais, o paralelo estabelecido entre a violência moral no âmbito docente-discente e os dispositivos legais de proteção contra abusos (Lei 11.340/06) elucida a gravidade do

quadro, configurando uma situação em que o poder institucional é instrumentalizado para subjugação e controle, em detrimento da ética e da liberdade acadêmica. Essa analogia esclarece que, apesar de velada, a violência existente na universidade é real e produz efeitos danosos no percurso acadêmico e na subjetividade dos estudantes, justificando a necessidade urgente de políticas e práticas institucionais que rompam com essa lógica.

À luz do exposto, torna-se imperativo que os espaços acadêmicos sejam repensados enquanto territórios de acolhimento, resistência e pluralidade epistemológica, superando a instrumentalização dos saberes em favor de interesses específicos que fragilizam a democracia universitária. A valorização do diálogo crítico, da diversidade de perspectivas e do respeito à autonomia intelectual dos discentes deve orientar a reformulação das práticas de orientação e produção científica, assegurando maior equidade e liberdade no processo formativo – que deveria ser versada a perceber a formação dos novos pesquisadores.

Destarte, as reflexões aqui desenvolvidas apontam para a necessidade de um compromisso coletivo entre docentes, discentes e instituições no sentido de dismantlar os mecanismos velados de violência simbólica e controle que perpetuam a vulnerabilidade estudantil. O fortalecimento de uma cultura acadêmica baseada na ética, no respeito mútuo e na liberdade de investigação é condição ‘sine qua non’ para a efetiva transformação das relações contemporâneas nos ambientes universitários, resgatando o verdadeiro sentido da educação superior como espaço de emancipação e produção crítica do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. 7ª ed. São Paulo. Perspectiva. 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Zygmunt Bauman; tradução Mauro Gama e Claudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Zygmunt Bauman; tradução Marcus Pechel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Zygmunt Bauman; tradução Marcus Pechel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Em Busca da Política**. Zygmunt Bauman; tradução Marcus Pechel. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Zygmunt Bauman; tradução Plínio Dentzien Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada: Vidas contadas e histórias vividas**. Zygmunt Bauman; tradução José Gabriel. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: Sobre a fragilidade dos laços humanos**. Zygmunt Bauman; tradução Plínio Dentzien Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Zygmunt Bauman; tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005

BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido**. Zygmunt Bauman; tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Zygmunt Bauman; tradução Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para Consumo: A transformação das pessoas em mercadorias**. Zygmunt Bauman; tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 18ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CHARTIER, Roger. **Verdade e Prova: História, Retórica, Literatura, Memória**. In. Rev. Hist., n.181, a00821, 2022 <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2022.181759>. São Paulo. Dossiê Autoria e Autoridade. 2022.

CHAUÍ, Marilena. **Sobre a Violência**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. 317 p. v. 5.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça**. 7ª. ed. rev. e atual. Salvador: Editora JusPodivm, 2021. 384p.

DIJK, Teun A. van. **Discurso e Poder**. 2ª. ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

DIJK, Teun A. van. **Discurso e Contexto: Uma abordagem sociocognitiva**. 1ª. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2013a.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2013b.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France**. 24ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014a.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. 42ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014b.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A Vontade de Saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 10ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2020.

HAN, Byung-Chul. **Hiperculturalidade: Cultura e Globalização**. Tradução de Gabriel Salvi Philipson. – Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes. 2019.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. Tradução de Gabriel Salvi Philipson. – Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes. 2017.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. Revisão Técnica Antônio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.